

Políticas socioeconômicas e sua influência sobre a satisfação geral com a vida no Brasil¹

Socioeconomic policies and their influence on general life satisfaction in Brazil

Pietro Fernandes Coelho-Santos²
Matheus Andrade Ataíde³
Matheus Lima Ferreira dos Santos⁴

Área: Desigualdade, pobreza e políticas sociais

Resumo: O presente artigo tem como objetivo investigar os efeitos dos gastos sociais como porcentagem do PIB sobre o indicador de satisfação geral com a vida autorreportada (*proxy* de felicidade) no Brasil divulgado pelo Relatório Mundial da Felicidade, no interstício de 2005-2014. Para tanto, realizou-se uma revisão da literatura, correlação linear de Pearson e uma regressão por Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). Dessa forma, encontrou-se evidências no sentido tanto de uma forte correlação positiva entre as variáveis quanto impacto significativo dos gastos sociais sobre o indicador de satisfação geral com a vida autorreportada da população brasileira.

Palavras-Chave: políticas socioeconômicas; bem-estar subjetivo; Brasil.

Classificação JEL: I31, I38.

Abstract: This paper aims to investigate the effects of social spending as a percentage of GDP on the indicator of general life satisfaction (happiness proxy) in Brazil, released by the World Happiness Report in the interstice of 2005-2014. For this purpose, a literature review, Pearson linear correlation and regression by Ordinary Least Squares (OLS) were performed. In this way, evidence was found of both a strong positive correlation between the variables and significant impact of social spending on the indicator of general life satisfaction for the Brazilian population.

Keywords: socioeconomic policies; subjective well-being; Brazil.

JEL classification: I31, I38.

¹ O presente estudo recebeu financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

² Economista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Uberlândia. Email: pietro.fcs@gmail.com

³ Economista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Uberlândia. Email: matheus.ataide1@ufu.br

⁴ Economista, mestrando do Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE) da Universidade Federal de Uberlândia. Email: matheus.santos4@ufu.br

1. Introdução

A investigação acerca das condições de vida e do bem-estar de pessoas se fez presente nas Ciências Econômicas desde a sua construção, fazendo-se um tema de importante relevância no campo (Ortega, 2008), a análise das condições de vida e do bem-estar é um tema relevante nas Ciências Econômicas. Neste contexto, deve-se destacar que o conceito empregado para definir o bem-estar passou por um movimento de metamorfose: de uma utilidade advinda do aumento da produção nacional (durante o século XIX e parte do XX) para um bem-estar multidimensional associado a condições sociais (Ortega, 2008). Isto significou a busca de outros elementos de caráter social para a apreensão das condições de vida coletivas, para além da expansão do produto (Sen, 2000).

Em meio a um período de construção de indicadores alternativos, o campo da Economia da Felicidade surgiu na década de 1970 com o objetivo de se investigar o desenvolvimento de forma mais plural, de modo que se defendia a necessidade de se ampliar a visão de desenvolvimento via utilização de um indicador que abrangesse fatores sociais, econômicos, psicológicos e sociológicos (Rojas, 2019; Santos, 2022).

Nesse sentido, Martela et al. (2020) destacam que o aprimoramento de esforços na área estimulou a construção do primeiro Relatório Mundial da Felicidade (RMF) em 2012, que se concentrou em utilizar como *proxy* à felicidade o nível de satisfação geral com a vida reportada - originando o Indicador de Felicidade (Fel) do RMF. Desse modo, um novo espaço foi aberto para a investigação da relevância de políticas de cunho socioeconômico na melhoria das condições de vida, bem como o aumento da felicidade nacional dos países pôde se tornar em um objetivo para tanto o planejamento quanto a atuação de governos pelo mundo.

Desde 2012, mais de dez edições do relatório já se passaram e, em razão disso, um número cada vez maior de adeptos passou a considerar o indicador de felicidade do RMF como importante ferramenta para se compreender o progresso dos países (World Happiness Report, 2023). Destaca-se que essa experiência se uniu às pretéritas do campo da Economia da Felicidade no sentido de gerar maior convergência metodológica para a mensuração da felicidade.

Calixtre e Fagnani (2018) argumentam que, no contexto da formulação de um projeto de desenvolvimento para o Brasil, o período 2003-2014 apresentou características que o distinguem dos demais, especialmente no que concerne a presença de políticas públicas com núcleo inclusivo, que enfatizam a proteção social, a redistribuição de renda e o combate à desigualdade e à extrema pobreza.

Dessa forma, o presente trabalho propõe-se a investigar o seguinte problema de pesquisa: Qual a relação entre gastos sociais e o Índice de Felicidade, durante o período de 2005-2014 no Brasil? Para tanto, esta pesquisa divide-se em seções de: introdução, revisão de literatura, metodologia e análise de dados, considerações finais.

2. Revisão da literatura

2.1 Desenvolvimento e políticas socioeconômicas no Brasil

O conceito de desenvolvimento e estado de bem-estar social tem sido amplamente discutido por vários autores importantes ao longo do tempo. Sen (2000) argumenta que o verdadeiro desenvolvimento não pode ser medido apenas pelo crescimento econômico, mas também pela capacidade das pessoas de viverem vidas livres e com rendimentos adequados. Ele enfatiza a importância das liberdades individuais, como acesso à educação, saúde, oportunidades de motivação e participação política, como fundamental para um desenvolvimento genuíno e para o alcance do bem-estar social.

Bresser-Pereira (2003) destaca que “o desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo” (p. 31). Ressaltando ainda que, se o desenvolvimento econômico não trazer modificações de caráter social e político e o desenvolvimento social e político não causar transformações econômicas, essas modificações (e supostos avanços) terão sido tão superficiais que não valeriam o esforço de fazê-las.

Vale destacar que a busca pelo bem-estar social requer uma atenção especial para reduzir as desigualdades. Sen (2000) argumenta que as disparidades de renda e oportunidades impedem que muitos países alcancem níveis elevados de bem-estar, e, portanto, a promoção da igualdade é essencial para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Piketty (2014) apresenta dados históricos que mostram a tendência de o capital se acumular nas mãos de uma minoria, originada em desigualdades persistentes na sociedade. Suas análises apontam para a necessidade de políticas públicas que promovam uma distribuição mais justa de recursos e a participação ativa do Estado para reduzir as desigualdades e garantir um estado de bem-estar social mais abrangente e sustentável.

Em conjunto, Sen (2000) e Piketty (2014) ressaltam a importância de uma abordagem mais abrangente de desenvolvimento, que vai além do crescimento econômico e considera as dimensões sociais, políticas e distributivas. O estado de bem-estar social não é apenas uma questão de acesso a serviços básicos, mas também de garantir a igualdade de oportunidades e a liberdade de escolha para todas as pessoas. Essas perspectivas continuam sendo fundamentais para a formulação de políticas públicas mais eficazes e justas em busca de um desenvolvimento administrativo inclusivo.

Durante os governos petistas, especialmente no período 2003-2014, as políticas sociais passaram a receber maior atenção, impulsionadas pela necessidade de eficácia dos gastos sociais e pela busca por uma maior evolução dos programas e ações. No entanto, nos primeiros meses desse governo, houve apenas a continuidade de uma abordagem ortodoxa de política econômica, com ênfase no controle inflacionário e restrição dos gastos públicos (PERREIRA JÚNIOR, 2014). Essa abordagem restritiva contribuiu positivamente para a redução da inflação e a estabilização da economia, mas limitou, em parte, as políticas sociais.

Apesar dessa postura inicial mais contida, algumas medidas político-administrativas foram implementadas fazendo o Brasil passar por importantes transformações em suas políticas de desenvolvimento e bem-estar social. Durante o período de 2003-2014 como um todo, houve uma maior ênfase na redução da pobreza e da desigualdade por meio de programas sociais abrangentes. Um dos principais programas implementados foi o Bolsa Família, que se tornou uma referência mundial no combate à pobreza. Segundo Campello e Neri (2013), o Bolsa Família alcançou milhões de famílias de baixa renda, proporcionando transferência de renda condicionada a ações de saúde e educação, garantindo uma melhoria das condições de vida e o fortalecimento do capital humano. De acordo com pesquisas como a de Paes-Sousa *et al.* (2011), o Bolsa Família contribuiu para a melhoria das condições de vida dos beneficiários e teve um papel relevante na redução da pobreza extrema.

Calixtre e Fagnani (2018) destacam que o principal responsável pela redução da extrema pobreza foi o Bolsa Família, que chegou a beneficiar 14 milhões de famílias em 2013, que retirou mais de 30 milhões de pessoas da pobreza e mais de 16 milhões da extrema pobreza.

Segundo Santos e Silva (2016) outra política importante dos anos 2000 foi a expansão do acesso à educação, especialmente no ensino superior, com programas como o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). Essas iniciativas visavam democratizar o acesso ao ensino superior e proporcionar oportunidades educacionais para as classes da população historicamente excluídas do sistema educacional.

Calixtre e Fagnani (2018) ainda destacam a ampliação da taxa de frequência escolar, especialmente nas faixas de 2 a 5 anos, que sai de 61,5% em 2002 para 78,5% em 2013, e 6 a 14 anos, que sai de 96,1% em 2002 para 98,2% em 2013. Dentro das políticas educacionais temos também o programa de cotas nas universidades, adotado por diversas instituições de ensino superior, que contribuiu para aumentar o acesso de estudantes de baixa renda e grupos historicamente excluídos ao ensino superior (SANTOS; SILVA, 2016).

Além disso também se registra a ampliação nos gastos com habitação, com destaque especificamente para o programa Minha Casa Minha Vida, que viria a alcançar a marca de 1,3 milhão de moradias populares entregues em agosto de 2013. Ademais, o setor de saneamento, que historicamente vivenciava uma longa crise estrutural, voltou a receber atenção com o PAC (CALIXTRE; FAGNANI, 2018).

Ainda houve investimentos na expansão da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS), buscando melhorar o acesso aos serviços de saúde e reduzir as desigualdades no setor. O Programa Mais Médicos, por exemplo, trouxe profissionais de saúde estrangeiros para áreas carentes do país, carentes de atendimento médico nessas regiões (PAIM *et al.*, 2016). Calixtre e Fagnani (2018) destacam que, especificamente no caso do SUS, a rede de atendimento passou de 1,05 bilhão em 2002 para 1,65 bilhão em 2013, crescimento de aproximadamente 57,14%. De modo geral, essas políticas buscaram promover maior igualdade no acesso à saúde e melhorar os indicadores de saúde da população brasileira.

No Brasil, os gastos públicos desse período foram direcionados para melhorias nas áreas de educação, saúde e assistência social, entre outras. Nesse sentido, esforços para expandir a cobertura do sistema público de saúde, aumentar o acesso à educação de qualidade e combater a pobreza foram prioridades nas políticas governamentais. Estudos, como o de Furtado e García (2017), mostram que os gastos públicos nessas áreas têm impacto positivo no desenvolvimento humano, influenciando diretamente o IDH e, conseqüentemente, a qualidade de vida da população. Eles defendem que os investimentos devem ser direcionados de forma estratégica, visando fortalecer os vínculos entre esses setores e potencializar os efeitos positivos no desenvolvimento humano.

Furtado e Garcia (2017), enfatizam a importância da participação social e do diálogo democrático na definição das políticas públicas. Eles argumentam que é fundamental envolver a sociedade civil e os atores relevantes diferentes na tomada de decisões e na elaboração das políticas, para garantir que as demandas e necessidades da população sejam consideradas de forma efetiva.

Apesar dos avanços, desafios persistentes permanecem no âmbito do desenvolvimento e bem-estar social no Brasil. Ainda é necessário fortalecer políticas públicas que promovam a geração de empregos de qualidade, bem como a inclusão produtiva e o desenvolvimento regional (SOARES *et al.*, 2016). Além disso, é fundamental que haja um compromisso contínuo com o aprimoramento das políticas sociais, garantindo sua sustentabilidade e garantindo que o país continue avançando na promoção de um desenvolvimento mais inclusivo e equitativo.

Diante do exposto, a próxima seção busca ressaltar o conceito de felicidade e as políticas socioeconômicas adotadas por diferentes países ao redor do globo, com o intuito de se compreender de forma mais aprofundada as transformações do conceito ao longo do tempo e a sua relevância para a Ciência Econômica.

2.2 Economia da felicidade e políticas socioeconômicas

2.2.1 Felicidade na História do Pensamento Econômico

A felicidade se encontra tanto como ponto de partida quanto ponto de chegada nas investigações da Ciência Econômica desde o seu princípio até a atualidade, fato amplamente fundamentado na História do Pensamento Econômico e exemplificado em obras de primeiros

expoentes da Economia como Adam Smith (com efeito, o autor chega a fazer a defesa de que os governos deveriam ter seu valor julgado com base em sua capacidade de promover a felicidade de seus governados), Thomas Malthus, David Ricardo, James Mill, John Stuart Mill, Jeremy Bentham (enquanto precursor do utilitarismo, ele reuniu esforços para desenvolver um “cálculo felicífico” capaz de medir empiricamente a felicidade das pessoas e que pudesse orientar políticas públicas) (ROJAS, 2019; EASTERLIN, 2021). Campetti e Alves (2015) ressaltam como a felicidade foi utilizada na corrente tradicional (ou ortodoxa) pelas definições usadas pelos seguintes economistas: Bentham (prazer); os marginalistas Jevons, Menger e Walras (utilidade – que será amplamente empregada pela escola neoclássica); Pareto (escolhas); Hicks (preferências); Samuelson (escolhas racionais).

No âmbito das Ciências Econômicas, em se tratando da felicidade, houve uma mudança de foco analítico com a virada do século XIX para o XX: momento de ascensão da corrente neoclássica em que Vilfredo Pareto une seus esforços aos dos demais economistas dessa escola e busca um redirecionamento de enfoque de análise da felicidade/bem-estar para o processo de decisão e escolhas dos agentes. Neste sentido, Pareto reformulou a teoria marginalista do valor-utilidade para elaborar o que se convencionou denominar de “curvas de indiferença” e desenvolveu um ferramental matemático e econômico que explicasse decisões a respeito de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, de modo que as pessoas entrassem efetivamente no arcabouço teórico como mero “fator de produção” ou consumidor em busca de maximização de satisfação (via escolha de uma canastra de bens e serviços, orientada por suas preferências, restrições orçamentárias e preço dos itens a serem consumidos) (EASTERLIN, 2021).

Ressalta-se que tal alteração não ocorreu de forma descontextualizada, mas sim esteve imersa em um processo de mudança epistemológica do campo econômico em que a base filosófica - construída por referências como Adam Smith, Jeremy Bentham e Karl Marx – fosse paulatinamente substituída por bases cada vez mais quantitativas - inspiradas nas ciências exatas – utilizadas por economistas ortodoxos como os marginalistas, Pareto, Fisher e Samuelson (ROJAS, 2019). Nesse movimento, a felicidade deixou o centro das investigações econômicas para ser relegada a papéis cada vez mais acessórios, o que Rojas (2019) argumenta ter implicado em severas limitações para as contribuições da Economia para questões tão caras quanto o bem-estar e a felicidade dos povos.

Diante do novo paradigma, em se tratando de orientações para a formulação de políticas públicas, os autores pertencentes ao *mainstream* econômico do século XX faziam suas recomendações baseados em modelos, que por sua vez alicerçavam-se sobre premissas dedutivas não corroboradas empiricamente com relação ao bem-estar das pessoas. Essas premissas indicavam que a felicidade (ou utilidade) teria uma associação forte com o consumo de mercadorias, de modo que a consequência lógica seria que o aumento do produto traria melhoria no bem-estar de todos. Posto isso, e a partir da mudança de foco analítico para a escolha dos agentes anteriormente citada, a principal orientação dos economistas para políticas públicas que visassem o bem-estar da sociedade passou a ser a expansão das possibilidades de escolha dos agentes econômicos via expansão do produto/renda (ROJAS, 2019).

Neste contexto, uma vez defendida a centralidade para o produto/renda dos países (especialmente a sua taxa de crescimento) na determinação da felicidade/utilidade de seus cidadãos, muitos esforços foram feitos para possibilitar a contabilização do produto até a construção de um indicador específico para essa função na década de 1930: o Produto Interno Bruto (PIB), criado pelos trabalhos liderados pelo economista Simon Kuznets. Assim, após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945, a Organização das Nações Unidas adotou o PIB em seu Escritório de Estatísticas e passou a disseminá-lo aos seus países-membros. A partir de então, as definições de “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos” foram criadas e usadas para julgar os países com base em seus PIBs *per capita*, ao passo que a taxa de

crescimento dessa variável se tornou um indicador de progresso na direção a uma sociedade de consumo em massa – com base na premissa dedutiva que o poder de consumo dos agentes estaria fortemente associado a seu bem-estar (ROJAS, 2019). Aqui cabe destacar que tal associação passou a ocorrer de forma generalizada a despeito do posicionamento do próprio Kuznets sobre o PIB em uma seção de seu trabalho com o título "Usos e abusos da mensuração da renda nacional": "O bem-estar de uma nação, portanto, dificilmente pode ser inferido a partir de uma medida de renda nacional" (KUZNETS, 1934, p.6, tradução própria).

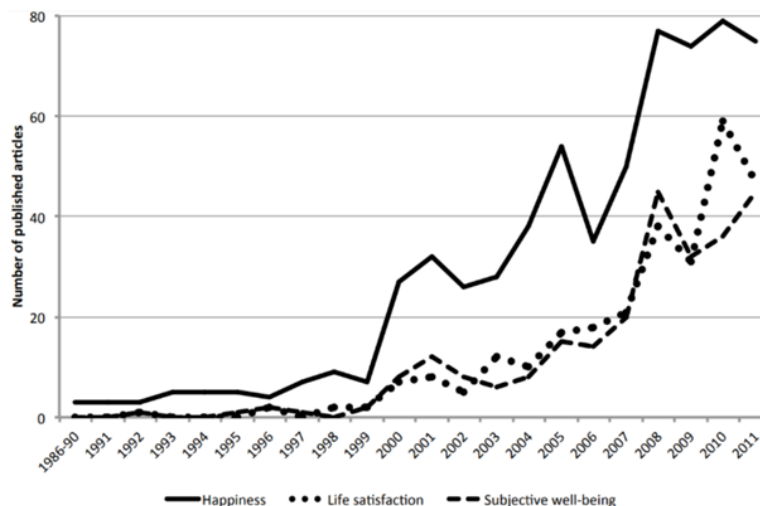
Assim, com a crescente importância dada à renda e a sua taxa de crescimento pelos economistas, o século XX presenciou a criação e aprimoramento de diversos modelos de crescimento econômico com o propósito de explicar o modo de funcionamento do crescimento e como acelerá-lo. Não obstante a intenção dos modelos, eles não conseguiram efetivamente provar que o aumento da renda poderia de fato aumentar o nível de bem-estar/felicidade das pessoas, apenas tomavam esse raciocínio como um pressuposto (ROJAS, 2019).

2.2.2 Economia da Felicidade e definição de Felicidade

Na segunda metade do século XX, a comunidade científica passou a tecer questionamentos acerca da real contribuição da renda para o bem-estar da população em razão do crescimento econômico vivenciado pelos países a despeito da continuidade de condições de vida precárias para a população (ORTEGA, 2008). Neste sentido, outras variáveis foram buscadas pelos estudiosos da área de desenvolvimento - entre elas o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a partir da década de 1990, que buscava entender o desenvolvimento de uma perspectiva multidimensional (PNUD, 1997).

Em meio a este contexto, no sentido de compreender empiricamente se o aumento de renda de fato geraria aumento de felicidade, Richard Easterlin funda o campo da Economia da Felicidade em 1974 com o seu trabalho "Does Economic Growth Improve the Human Lot?", em que ele encontrou o que se convencionou chamar de Paradoxo da Felicidade ou Paradoxo de Easterlin. Tal conceito apresentou o desencontro da teoria econômica tradicional com os dados empíricos, em razão de que entre 1946-1966, os Estados Unidos passaram por um expressivo crescimento econômico e, não obstante esse crescimento, uma estabilidade no nível de felicidade subjetiva reportada pela população estadunidense, i.e., o significativo aumento do produto/renda no pós-guerra não se desdobrou em aumento da felicidade dos estadunidenses (EASTERLIN, 1974). Assim, a partir da década de 1970 e dessa grande mudança epistemológica (a possibilidade de inserção de investigações econômicas empíricas acerca da felicidade subjetiva), houve um crescimento exponencial de trabalhos econômicos, finalmente empíricos, para investigar a efetividade de importantes conclusões trazidas por modelos tradicionais sobre a felicidade das pessoas no mundo inteiro – como apontado no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1: Número de artigos publicados no âmbito da Economia da Felicidade e referenciados no portal EconLit entre 1986 e 2011



Fonte: FREY; STUTZER, 2012.

Feita uma breve introdução sobre a fundação da Economia da Felicidade, torna-se necessário explicitar o ponto de partida conceitual para esse novo campo. Não obstante o caráter multifacetado e diverso da felicidade para as diversas ciências, povos e indivíduos, o referido campo utiliza a seguinte definição como proxy à felicidade: satisfação subjetiva geral com a vida relatada ou bem-estar subjetivo reportado (FREY; STUTZER, 2002). Segundo, Frey e Stutzer (2002), as medidas para captar satisfação geral com a vida relatada ou bem-estar subjetivo reportado têm se comprovado como consistentes e confiáveis para a elaboração de pesquisas empíricas. Com base nesse conceito que, a partir de 2012, a Organização das Nações Unidas passou a publicar anualmente o Relatório Mundial da Felicidade (RMF) em que se apresenta um ranking de países com respeito às suas médias nacionais para a seguinte pergunta feita em questionários individuais coordenado pelo instituto de pesquisa de opinião Gallup Poll:

“Por favor, imagine uma escada, com degraus numerados de 0 na parte inferior a 10 na parte superior. O topo da escada representa a melhor vida possível para você e a parte inferior da escada representa a pior vida possível para você. Em qual degrau da escada você diria que pessoalmente se sente estar neste momento?” (World Happiness Report, 2022, tradução própria).

2.2.3 Economia da felicidade e políticas socioeconômicas

Em geral, as pesquisas no campo da Economia da Felicidade costumam levar em consideração determinantes individuais ou agregados com respeito a categorias sociais, econômicas e políticas como: renda, emprego, inflação, idade, gênero, casamento, nacionalidade, educação superior, saúde, benefícios de bem-estar social, sistema político, liberdade político-econômica e pessoal, participação nas decisões políticas, descentralização do Estado, confiança social e institucional, capital social, trabalho voluntário e segurança (FREY; STUTZER, 2002; FREY; STUTZER, 2012; MARTELA ET AL., 2020; EASTERLIN, 2021).

Neste contexto, o presente trabalho irá focar justamente sobre o impacto dos benefícios de políticas socioeconômicas sobre a felicidade dos indivíduos. A literatura (O’CONNOR, 2017; MARTELA ET AL., 2020; EASTERLIN, 2021; SANTOS, 2022) aponta no sentido de que benefícios de bem-estar social (configurados geralmente em seguro-desemprego, aposentadoria, educação e saúde pública) mais generosos e efetivos podem contribuir de forma significativa e positiva à satisfação geral com a vida das pessoas, sendo que as diretrizes gerais da bibliografia citada para tais políticas são: busca pela redução do desemprego; programas de auxílio de renda; disponibilidade habitacional; sistema de saúde universal; licença parental (maternidade, paternidade e para o casal sincronamente); investimento em programas de

educação do ensino infantil ao ensino superior; seguridade social. Cabe, também, destacar que essa relação não é encontrada apenas para países desenvolvidos, mas também para aqueles em transição e menos desenvolvidos (O'CONNOR, 2017). Com efeito, Easterlin (2021) apresenta alguns casos como grandes exemplos desse mecanismo que serão explorados brevemente abaixo.

O **caso da Alemanha oriental** e sua transição do socialismo ao capitalismo indica como, após 25 anos de unificação com a Alemanha Ocidental, sua felicidade decaiu abruptamente para então retornar para níveis semelhantes aos prévios à unificação. Destaca-se que a severa queda na satisfação com a vida logo após a junção das duas partes foi acompanhada pelo encolhimento em 1/3 do PIB e queda do emprego, em função da falência de empresas, o que passou a ter alguma reversão quando a Alemanha ocidental interveio com políticas de recuperação socioeconômica e um significativo programa para auxílio de renda. A região passou então por uma mudança de um contexto prévio em que havia políticas que buscavam o pleno emprego e a seguridade social - e que garantiam taxas razoavelmente altas de felicidade durante o governo socialista - para uma liberalização econômica e política – com interrupção das políticas prévias e uma primazia pelo mercado, enquanto a felicidade caía – e finalmente para um retorno de políticas socioeconômicas com algum retorno para os níveis de felicidade pré-unificação. Cabe, também, acrescentar que a literatura demonstra que ex-membros da União Soviética (especialmente Bielorrússia, Rússia e os três países bálticos – Estônia, Letônia e Lituânia) apresentaram trajetórias de transição semelhantes a da Alemanha Oriental: a maioria deles passou por uma queda em seus produtos, taxa de emprego, rede de seguridade social e níveis de felicidade, para então experienciar um melhoramento gradual desses indicadores – em muitos deles há uma tendência de que a recuperação da felicidade tenha ficado aquém dos níveis coletados cerca de uma década antes de suas transições (EASTERLIN, 2021).

Já o **caso dos países nórdicos** (Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia) - que são amplamente reconhecidos pela literatura como referência em termos de generosidade de suas políticas de Estado de bem-estar social; quando comparados com um segundo grupo de países (Alemanha, Áustria, França e Reino Unido) de características econômicas semelhantes (quanto a PIB per capita, média de desemprego e taxas de inflação), porém com políticas de “quase Estado de bem-estar social”, os países nórdicos resultam ser significativamente mais felizes do que aqueles do segundo grupo – resultados apontam que as populações nórdicas não são apenas conscientes da importância de suas políticas de seguridade social, mas também se revelam mais felizes em razão da maior generosidade delas e predispostas a pagar pelos altos impostos que as mantêm (EASTERLIN, 2021).

Por fim, o **caso da Costa Rica** indica um outlier que se destaca significativamente de países semelhantes (em termos de PIB per capita e outras características socioeconômicas, culturais e históricas do restante de países da América Latina ou outros em desenvolvimento) ou até mais desenvolvidos do que ele, em razão de costumar aparecer entre os 20 mais felizes no RMF – seu diferencial com relação aos demais pares se ilustra em seus programas de bem-estar social que se consolidaram em meados do século XX e que se sustentaram posteriormente, demonstrando que embora o crescimento econômico possa tornar a manutenção de tais políticas mais fácil, ele não aparece como tão necessário para esse esforço em comparação com uma disposição social e governamental em utilizar a renda dos tributos para manter os benefícios de bem-estar (EASTERLIN, 2021).

3. Análise empírica

3.1 Metodologia

3.1.1 Delineamento da pesquisa

De acordo com Gil (2012) a presente pesquisa é classificada como descritiva, pois busca descrever as principais características de um fenômeno e estabelecer relação entre as

variáveis analisadas. Assim, pretende-se nesse estudo conhecer a relação entre os gastos públicos com políticas sociais e o bem-estar.

Segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009) a pesquisa, do ponto de vista dos procedimentos de coleta de dados, pode ser caracterizada como documental, pois utiliza dados que ainda não receberam tratamento prévio. Já no quesito de natureza da pesquisa, conforme Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa pode ser vista como de natureza aplicada, pois gera conhecimentos de aplicação prática.

No que se refere à abordagem, a pesquisa pode ser entendida como quantitativa, devido a utilização de instrumentos matemáticos e estatísticos para análise dos dados (GIL, 2008).

3.1.2 Procedimentos de tratamento de dados

Os dados são classificados como secundários, já que foram coletados antes da realização da pesquisa (PRODANOV; FREITAS, 2013). O quadro 1, a seguir, discrimina os dados utilizados.

Quadro 1 - Dados secundários utilizados na pesquisa

Dados	Fonte
Indicador de felicidade (Fel)	RMF-ONU- <i>Gallup Poll</i>
Gastos públicos sociais	Tesouro
Índice de preços ao consumidor amplo (IPCA)	IBGE

Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Nesse sentido conceitua-se: o Índice de felicidade (Fel) é um indicador subjetivo de bem-estar apresentado como uma média nacional, variando em uma escala de 0 a 10, em que 10 representaria a melhor vida possível e 0 a pior vida possível, obtido através de um questionário aplicado pelo Gallup World Poll (WORLD HAPPINESS REPORT, 2022)⁵.

Foram considerados como gastos públicos sociais o somatório das despesas anuais liquidadas para as seguintes funções: saúde, educação, assistência social, previdência social, trabalho, cultura, habitação e saneamento. A escolha foi feita com base na revisão de literatura, no relatório de gastos sociais do governo central, elaborado pelo tesouro nacional em 2015 (BRASIL, 2015) e na pesquisa de Calixtre e Fagnani (2018).

O Índice de preços ao consumidor amplo (IPCA) é o índice oficial de inflação, consistindo em um indicador que mensura alterações no nível de preços, para as famílias que possuem renda de 1 a 40 salários-mínimos, através do levantamento de uma cesta padronizada de produtos, composta por 9 subgrupos⁶, em 16 regiões metropolitanas⁷ (IBGE, 2013).

Ainda sobre o IPCA, foi considerada a série histórica com variação em 12 meses, para deflacionar os valores do gasto público, utilizando o ano 2003 como ano base.

No que tange a escolha do período analisado, salienta-se que o período possuiu um mesmo núcleo sustentado de políticas sociais, que posteriormente seria desarticulado (CALIXTRE;FAGNANI, 2018). Portanto, justifica-se o recorte temporal da presente pesquisa,

⁵ A base de dados sobre felicidade escolhida é a apresentada no Relatório Mundial da Felicidade (alimentada pelo base de dados da Gallup World Poll).

⁶ Nove subgrupos, incluindo: Alimentação e bebidas; Habitação; Artigos para residência; Vestuário; Transporte; Saúde e cuidados pessoais; Despesas pessoais; Educação e Comunicação (IBGE, 2013).

⁷ O índice faz levantamentos nas regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, além do Distrito Federal e dos municípios de Goiânia, Campo Grande, Rio Branco, São Luís e Aracaju (IBGE, 2013).

que se concentra no período de 2005-2014 com a intenção de verificar a magnitude da relação entre bem-estar e gastos sociais em termos de elasticidade.

3.1.3 Procedimentos de análise de dados

3.1.3.1 Correlação de Pearson

Segundo Hoffmann (2006), a Correlação de Pearson é um modelo matemático que procura demonstrar se existe ou não uma relação linear entre duas variáveis. Devido a esse objetivo, o modelo matemático gera um coeficiente, que oscila de 1 até -1. O sinal indica se as variáveis seguem em um mesmo sentido ou se seguem em direções opostas (FIGUEIREDO FILHO; SILVA JUNIOR, 2010).

De acordo com Barbetta (2002), a função de Correlação de Pearson é dada pela seguinte equação:

$$r = \frac{n \sum_{i=1}^n (XY) - (\sum_{i=1}^n X)(\sum_{i=1}^n Y)}{\sqrt{n \sum_{i=1}^n X^2 (\sum_{i=1}^n X)^2} \cdot \sqrt{n \sum_{i=1}^n Y^2 (\sum_{i=1}^n Y)^2}} \quad (1)$$

Segundo Shimakura (2006) o recomendado para a interpretação do coeficiente é o que se segue no quadro 2:

Quadro 2 – Interpretação do Coeficiente de Correlação de Pearson

Valores para o coeficiente (- ou +)	Interpretação
0.0 a 0.19	Correlação bem fraca
0.20 a 0.39	Correlação fraca
0.40 a 0.69	Correlação moderada
0.70 a 0.89	Correlação forte
0.90 a 1.0	Correlação muito forte

Fonte: Shimakura, 2006.

O presente estudo verificou a correlação entre as variáveis no intuito de verificar se existe uma relação linear. Para mensurar a correlação entre as variáveis estudadas foi utilizado o software R.

3.1.3.2 Regressão Log Linear

Segundo Gujarati e Porter (2011) a regressão é o estudo da dependência de uma variável em relação a uma ou mais variáveis e sua análise inicia geralmente pela especificação de um modelo, no qual é o conhecimento econômico que serve de guia para a escolha das variáveis.

É fundamental ressaltar que o modelo log linear procura evidenciar a variação percentual entre as variáveis, isto é, a elasticidade (GUJARATI; PORTER, 2011). Vale destacar que elasticidade é um conceito econômico que mede a sensibilidade ou responsividade de uma variável em relação a uma mudança em outra variável, sendo comumente retratado em percentual (PINDYCK; RUBINFELD, 2013).

Ainda é fundamental destacar que: coeficientes superiores a 1 evidenciam uma relação elástica; coeficientes inferiores a 1 evidenciam uma relação inelástica e coeficientes iguais a 1 evidenciam uma relação unitária (PINDYCK; RUBINFELD, 2013). Nesse sentido, o modelo pode ser representado, pela fórmula (2), adiante:

$$\text{Log}(Y) = \beta_1 + \beta_2 \log(X) + v \quad (2)$$

Em que: Y é a variável de interesse, X, é variável independente, β_1 é o estimador do coeficiente linear, β_2 , é o estimador do coeficiente angular e v é o resíduo (HOFFMANN, 2006). De acordo com Gujarati e Porter (2011), o resíduo representa as variáveis que não são consideradas no modelo determinado, mas que afetam a variável de interesse.

Ademais, devido a impossibilidade de estimar precisamente o valor da variável de interesse para todas as observações, em razão de ser impossível avaliar todas as variáveis que

afetam o comportamento da variável de interesse. A diferença entre o valor observado e o valor estimado para a variável de interesse é o resíduo (GUJARATI;PORTER, 2011).

Wooldridge (2012) afirma que, para estimar um modelo de regressão, é essencial a aplicação cuidadosa de um método, de forma a garantir que os parâmetros obtidos sejam adequados e que o valor estimado esteja o mais próximo possível do valor observado, minimizando os resíduos.

Segundo Hoffmann (2006) o método dos mínimos quadrados ordinários (MQO) estima os parâmetros de uma regressão de tal forma que a soma dos quadrados dos resíduos seja a menor possível. Destaca-se que parte da literatura da Economia da Felicidade consultada indica o método de MQO como um dos métodos de regressão (LIMA, 2007; CAMPETTI; ALVES, 2015).

Gujarati e Porter (2011) destacam que a busca pela minimização dos resíduos via soma de seus quadrados evita que resíduos que estejam distantes do que foi estimado recebam a mesma importância que resíduos que estão mais próximos, uma vez que ao elevar os resíduos ao quadrado, expande-se a relevância dos resíduos mais distantes do modelo e otimiza a estimação dos parâmetros.

Figueiredo Filho et al. (2011) ressaltam que as estimações são eficientes desde que certos pressupostos sejam respeitados, nesse sentido os autores ponderam que deve haver um número de observações mínimas de forma a garantir a consistência da estimação.

De forma a garantir que o modelo se ajusta bem, realiza-se: o teste de Shapiro-Wilk para a normalidade, o teste de Breusch-Pagan-Godfrey para homocedasticidade e o teste de Breusch-Godfrey para autocorrelação.

A seção seguinte apresenta uma discussão acerca das limitações da presente pesquisa.

3.1.4 Limitações

Dentre as limitações da presente pesquisa, destacam-se o número de observações das variáveis utilizadas. Contudo, conforme destaca Hair et al (2009) se o número de observações não for inferior a cinco o modelo ainda mantém propriedades desejáveis. Dessa forma, os autores ponderam que os resultados encontrados ainda são úteis na contribuição da discussão sobre o assunto.

Ademais, vale destacar a ausência do Índice de felicidade (Fel) para o ano de 2006, nesse sentido, optou-se por completar a série através de uma média, isto é, o valor considerado como Índice de felicidade (Fel) para o ano de 2006 foi a média entre os anos de 2005 e 2007, suporta essa decisão o fato de que a série possui distribuição normal. Uma vez que, de acordo com Sousa (2019) e Bittencourt e Viali (2006), diante de uma distribuição normal a média é uma medida estatística adequada para se descrever a amostra.

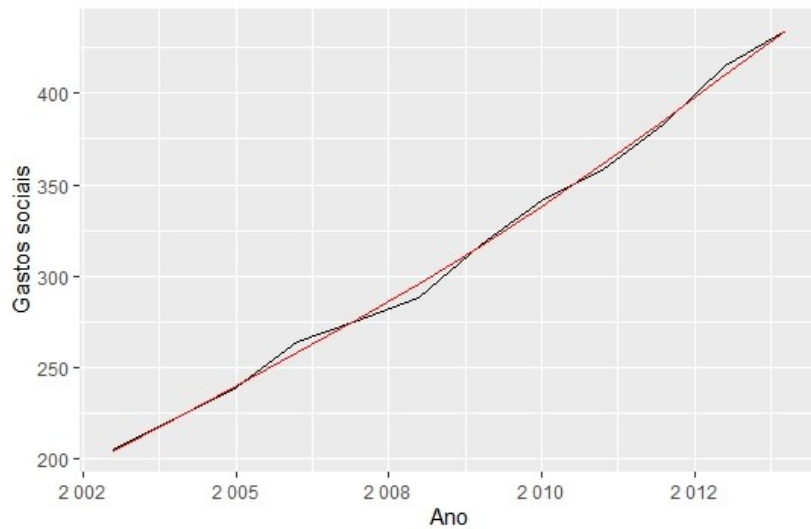
A seguir serão apresentados e discutidos os resultados obtidos neste estudo, discutindo-se as tendências identificadas, as relações observadas e as conclusões obtidas a partir da análise dos resultados, iniciando-se com uma breve exposição da descrição dos dados e posterior apresentação e interpretação do modelo.

3.2 Análise de estatística descritiva

As variáveis são distribuídas em uma frequência anual, para os gastos com políticas sociais a distribuição se inicia em 2003 e termina em 2014, já para o Fel a distribuição se inicia em 2005 e termina em 2014.

Neste intervalo, a variação do volume de gastos sociais em termos reais foi de aproximadamente 111,5%, passando de R\$205 bilhões em 2003 para R\$434 bilhões em 2014, com média de aproximadamente R\$312 bilhões. O gráfico 2, a seguir, demonstra a evolução do gasto com políticas sociais no período.

Gráfico 2 - Evolução dos gastos sociais deflacionados em bilhões de reais durante o período de 2003 a 2014



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

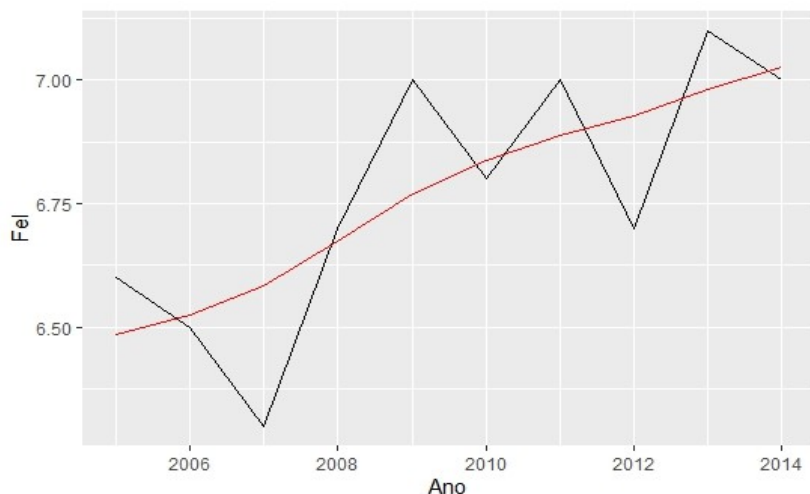
* Valores dos gastos sociais em bilhões de reais.

Vale destacar a linha em vermelho, que evidencia uma tendência de elevação que se manteve durante todo o período analisado.

Já o Índice de felicidade (Fel) aumentou aproximadamente 6%, saindo de 6,6% em 2005 para 7% em 2014, com média de 6,77% para o período. Para comparação, o portal do RMF estabelece uma certa classificação que indica que: de 1 a 4,5, o país se encontra em estado de satisfação geral com a vida baixa; de 4,5 a 6 o nível é médio; acima de 6 até 8 o nível é alto (WORLD HAPPINESS REPORT, 2023). Com efeito, nos rankings de felicidade do RMF dos anos de 2012, 2013 e 2015⁸ (com pouco mais de 150 países), o Brasil ficou nas posições: 22º, 24º e 16º (WORLD HAPPINESS REPORT, 2023). O gráfico 3, a seguir, ilustra a evolução do Fel para o Brasil. Ressalta-se que, em consonância com as séries anteriores, o Fel também apresenta uma tendência de crescimento, conforme a linha vermelha.

Gráfico 3 - Evolução do Fel para o Brasil durante o período de 2005 a 2014

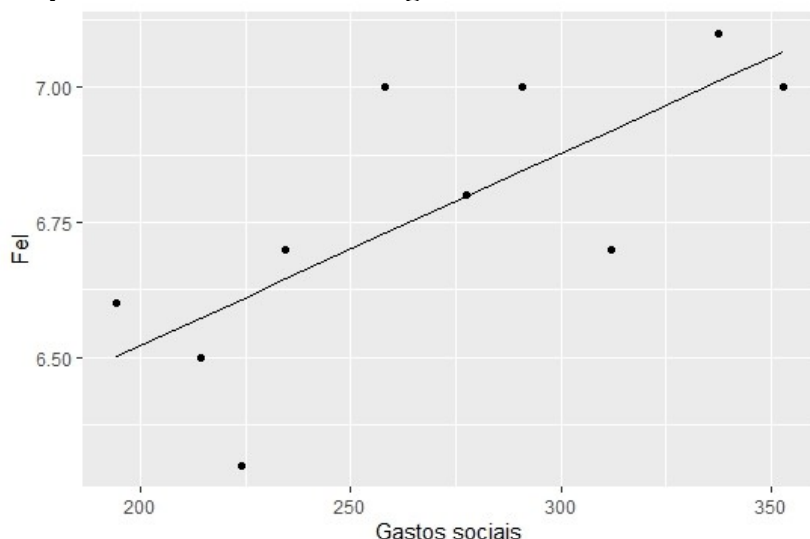
⁸ Os rankings de 2012, 2013 e 2015 englobam as médias de felicidade dos seguintes anos respectivamente: 2005-2011, 2010-2012, 2012-2014 (WORLD HAPPINESS REPORT, 2023). O ranking do ano de 2015, em que o Brasil atingiu a melhor posição (entre as 3 edições analisadas) está disponível no apêndice.



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

A seguir, o gráfico 4 de dispersão, demonstra a relação entre Fel e gastos sociais, visualmente as variáveis, Fel e gastos sociais, aparentam possuir variação conjunta. Isto é, para maiores valores de gastos sociais tendem a existir maiores valores de Fel.

Gráfico 4 - Dispersão das variáveis Fel e gastos sociais entre os anos de 2005 e 2014



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

*valores dos gastos sociais estão em bilhões de reais.

O coeficiente da correlação mensurado pelo teste de teste de correlação de Pearson é de 0,75, indicando a presença de uma correlação linear forte. Corroborando que as duas variáveis tendem a seguir a mesma direção, ou seja, quando na presença de um volume de gastos sociais mais expressivo a tendência é que exista um nível maior de Fel associado.

Na próxima seção serão apresentados e discutidos os resultados da aplicação da regressão log linear.

3.3 INTERPRETAÇÃO DE EXERCÍCIOS ECONÔMÉTRICOS

Após a realização das transformações das variáveis para logaritmo e a estimação dos modelos através do método dos mínimos quadrados ordinários, apresenta-se a seguinte forma funcional:

$$\text{Log}(Fel) = 1,06 + 0,14 \text{Log}(gastos) + v \quad (3)$$

A equação (3) apresenta a estimação de uma regressão log linear, em que tanto o intercepto como o coeficiente angular apresentam significância estatística, isto é, considerando os níveis de confiança de 95%, rejeita-se a hipótese nula de que os parâmetros estimados sejam iguais a zero.

Essa forma funcional implica que quando a variável independente, gastos sociais, variar em 1%, a variável dependente, Fel, irá variar 0,14%.

O coeficiente de determinação (R^2) estimado para a equação (3) é 0,58, evidenciando que 58% das variações no Fel podem ser explicadas por variações nos gastos sociais.

A média dos resíduos do modelo é aproximadamente igual a zero, o teste de Breusch-Pagan-Godfrey demonstra que não se pode rejeitar a hipótese nula de que a variância dos termos residuais é constante, isto é, os resíduos são homocedásticos.

Ademais, o teste de Breusch-Godfrey exprime que não se pode rejeitar a hipótese de não autocorrelação no modelo. Outrossim, o teste de Shapiro-Wilk evidencia que não se pode rejeitar a hipótese de que os resíduos do modelo são normalmente distribuídos.

Dessa maneira, encontram-se evidências de que existe uma relação entre o volume despendido de gastos sociais e desempenho do indicador de felicidade, em que, para o período analisado, a cada 1% de variação nos gastos sociais o Fel tende a variar 0,14%, indicando que o Fel é inelástico em relação aos gastos sociais. Os autores ponderam que isso não deve ser interpretado de forma a reduzir a relevância do impacto dos gastos sociais no Índice de Felicidade, uma vez que o indicador de felicidade possui um teto limite, enquanto que, teoricamente, esse não seria o caso dos gastos sociais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Ortega (2008), a análise das condições de vida e do bem-estar é um tema relevante nas Ciências Econômicas. Sen (2000) e Piketty (2014) ressaltam a importância de uma abordagem mais abrangente de desenvolvimento, que vai além do crescimento econômico e considera as dimensões sociais, políticas e distributivas.

Neste contexto, segundo o Relatório Mundial da Felicidade (WORLD HAPPINESS REPORT, 2023) a ideia de que o sucesso de um país deve ser mensurado por meio da felicidade de seus cidadãos vem ganhando cada vez mais adeptos, bem como a medição de um conceito *proxy* à felicidade tem passado por um crescimento de consenso. Assim, o aumento da felicidade nacional pode agora ser considerado um objetivo para os governos.

Nesse sentido, a presente pesquisa se propôs a analisar a relação entre gastos sociais e o Índice de Felicidade, durante o período de 2005-2014. No que tange a escolha do período analisado, salienta-se que o período possuiu um mesmo núcleo sustentado de políticas sociais, que posteriormente seria desarticulado, enquanto que o ano inicial foi delimitado pela disponibilidade da base de dados (CALIXTRE; FAGNANI, 2018; WORLD HAPPINESS REPORT, 2023). Portanto, justifica-se o recorte temporal da presente pesquisa, que se concentra no período de 2005-2014 com a intenção de verificar a magnitude da relação entre bem-estar e gastos sociais em termos de elasticidade.

Com o intuito de atender ao proposto, realizou-se uma revisão da literatura, correlação linear de Pearson e uma regressão log linear, com o intuito de estimar o impacto da variação percentual dos gastos sociais no Índice de Felicidade.

A partir disso, pode-se observar que, durante o período analisado, os gastos sociais reais cresceram cerca de 111,5% (deflacionados com ano base em 2003), em uma clara tendência de elevação durante todo o período, enquanto o Índice de Felicidade cresceu cerca de 6%.

O coeficiente de correlação de Pearson estimado entre as variáveis é de 0,75, evidenciando a presença de uma correlação linear positiva forte, em que ambas as variáveis

tendem a seguir na mesma direção, ou seja, na eventualidade de um volume maior de gastos sociais a tendência é existir um Índice de Felicidade maior associado.

Quanto aos parâmetros estimados pela regressão linear, ambos se apresentam como significativos, com coeficiente angular de 0,14, sugerindo que existem evidências que comprovam que volumes maiores de gasto social possuem impacto sobre o nível do Índice de Felicidade.

Portanto, encontram-se evidências de que o aumento de 1% nos gastos sociais tende a gerar um impacto de 0,14% no indicador de felicidade, indicando que o último é inelástico em relação ao primeiro.

Já o coeficiente de determinação evidencia que cerca de 58% das variações no Índice de Felicidade podem ser explicadas pela ampliação nos gastos sociais. Dessa forma, diante das evidências apresentadas, considera-se que uma expansão nos gastos sociais pode ter um impacto estatisticamente significativo e positivo no Índice de Felicidade da sociedade brasileira.

Dessa forma, observa-se que os resultados encontrados no modelo estimado e análise da regressão econométrica apresentam convergência com o discutido pelos autores apresentados na literatura encontrada sobre Economia da Felicidade e políticas socioeconômicas.

Em suma, os gastos públicos direcionados para áreas essenciais como saúde, educação e assistência social têm um impacto significativo no desenvolvimento socioeconômico e, potencialmente, na satisfação geral com a vida reportada individualmente (felicidade) da população brasileira. Estudos e pesquisas, como os citados acima, destacam a importância desses investimentos para a melhoria da qualidade de vida e o alcance de um desenvolvimento mais inclusivo e sustentável.

A presente pesquisa não tem a pretensão de encerrar as discussões acerca do tema. Assim, para estudos futuros se aconselha a ampliação do horizonte temporal e do número de observações utilizado. Ademais, sugere-se a utilização de modelos ARDL, com o intuito de verificar a relação entre os gastos passados e o índice atual.

REFERÊNCIAS

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais** / Pedro Alberto Barbetta. 5. ed. - Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002. 340p. :il. (Série Didática).

BITTENCOURT, Hélio Radke; VIALI, Lori. **Contribuições para o ensino da distribuição normal ou curva de Gauss em cursos de graduação**. III Seminário Internacional de Pesquisa em Educação Matemática, 2006.

BRASIL. Tesouro nacional. **Base de dados**. Disponível em:<https://cdn.tesouro.gov.br/sistemas-internos/apex/producao/sistemas/thot/arquivos/publicacoes/33463_1064358/Gasto%20Social%20Governo%20Central%202002_2015.pdf?v=8507>. Acesso em 25 jun.2023.

BRASIL. Tesouro Nacional. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO)**. Disponível:<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-resumido-da-execucao-orcamentaria-rreo/2018/12?ano_selecionado=2018>. Acesso em 25 jun.2023.

BRESSER-PEREIRA, LC (2007). **Desenvolvimento e Crise no Brasil**: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula. Editora 34

CALIXTRE, André; FAGNANI, Eduardo. **A política social nos limites do experimento desenvolvimentista**. Para além da política econômica. São Paulo: Ed. Unesp, p. 327-364, 2018.

CAMPELLO, T., & NERI, M. (2013). Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**.

CAMPELLO, T., & NERI, M. (2015). Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. In: Campello, T., & Neri, M. (Orgs.). **Programas de Transferência de Renda no Brasil**: Impactos sobre a Desigualdade (pp. 1-21). Brasília: Ipea.

CAMPETTI, P. H. M.; ALVES, T. W. Economia da felicidade: estudo empírico sobre os determinantes da felicidade em países selecionados da América Latina. **Revista Pesquisa & Debate**, SP, volume 26, número 1(47) pp.99-123, jan-mar 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/16196/16279>

DRUCK, G., & FIGUEIRAS, RP (2007). **Política social no Brasil**: desenvolvimento, crise e alternativas. Cortez Editora.

EASTERLIN, R. A. An Economist's Lessons on Happiness. Farewell Dismal Science! **Springer Nature Switzerland**: Cham, Suíça, 2021.

EASTERLIN, Richard A. Does Economic Growth Improve the Human Lot? In: DAVID, Paul; REDER, Melvin (Eds.). **Nations and Households in Economic Growth**: Essays in Honor of Moses Abramovitz, p. 89-125. New York: Academic Press, 1974. 97 Disponível em: <https://huwdixon.org/teaching/cei/Easterlin1974.pdf>. A

FIGUEIREDO FILHO, D. B.; SILVA JUNIOR, J. A. Desvendando os Mistérios do Coeficiente de Correlação de Pearson (r). **Revista Política Hoje** - ISSN: 0104- 7094, v. 18, n. 1, 2010. Disponível em: < <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/3852>>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson et al. O que fazer e o que não fazer com a regressão: pressupostos e aplicações do modelo linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO). **Revista Política Hoje**, v. 20, n. 1, 2011.

FREY, Bruno S; STUTZER, Alois. Recent Developments in the Economics of Happiness: A Selective Overview. **IZA Discussion Paper Series**, n. 7078. 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2192854

FURTADO, B., & GARCÍA, CR (2017). **Gastos Públicos e Desenvolvimento Humano no Brasil**. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Economia Política (pp. 1-18). Campinas: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP).

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS,

2009. Disponível em:<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2023.

GIL, A. C. **Metodologia do ensino superior**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUJARATI, D.N; PORTER, D.C. **Econometria Básica**. Tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G.L. Rosa; revisão técnica de Claudio D. Shikida, Ari Francisco de Araújo Júnior, Márcio Antônio Salvato. - 5ª ed. - Porto Alegre: AMGH, 2011.

HAIR Jr., Joseph; ANDERSON, Ralph; TATHAM, Ronald; BLACK, Willian (2009), **Multivariate data analysis**. 17ª Edição. PrenticeHall.

HOFFMANN, Rodolfo. **Estatística para economistas**. 4ª. Edição revisada e ampliada. São Paulo, 2006.

IBGE. Contas nacionais trimestrais : ano de referência 2010 / IBGE, Coordenação de Contas Nacionais. – 3. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016. 72p. - (**Relatórios metodológicos**, ISSN 0101-2843 ; v. 28). Disponível em:<https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Metodologia_da_Pesquisa/Series_Relatorios_Metodologicos_3a_edicao.pdf>. Acesso em 08 de julho de 2023.

IBGE. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. **Base de dados**. 2022. Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/home/cnt>>. Acesso em 8 de julho de 2023.

IBGE. Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. **Métodos de cálculo** – 7ª e.d. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv65477.pdf>>. Acesso em: 07 de julho de 2023.

KENNEDY, Peter. (2009), “**A Guide to Econometrics**”. Boston: MIT Press.

KUZNETS, Simon. National Income, 1929-1932. **National Bureau of Economic Research**, Nova York, bulletin 49, 7 jun. 1934. Disponível em: <https://www.nber.org/system/files/chapters/c2258/c2258.pdf>

LIMA, Sabrina V. **Economia e Felicidade**: um estudo empírico dos determinantes da felicidade no Brasil. Ribeirão Preto, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96131/tde15052007-142028/pt-br.php>

MARTELA, F. et al. The Nordic Exceptionalism: What Explains Why the Nordic Countries are Constantly Among the Happiest in the World. In: HELLIWELL, J. F. et al. World Happiness Report 2020. New York: **Sustainable Development Solutions Network**, 2020. p.129-146, Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2020/>.

NERI, M. (2012). **A nova classe média**: o lado brilhante da base da pirâmide. Rio de Janeiro: FGV Editora.

NOGUEIRA, RP (2014). Programa Mais Médicos e Saúde Pública no Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, 24(4), 1193-1196.

O'CONNOR, K. J. Happiness and Welfare State Policy Around the World, **Review of Behavioral Economics**: Vol. 4: No. 4, p. 397-420. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/KelseyOconnor/publication/321948496_Happiness_and_Welfare_State_Policy_Around_the_World/links/5b8ec4fe45851540d1c900bd/Happiness-and-Welfare-State-Policy-Around-the-World.pdf

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatórios de desenvolvimento humano**. IDH. 2023. Disponível em: <<https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos**. Os desafios das políticas de desenvolvimento rural. 1. ed. Campinas - SP/Uberlândia-MG: Editora Alínea/Edufu, 2008. v. 1. 245p. PERCENTAGE of women. IPU Parline, 2022. Disponível em: https://data.ipu.org/compare?field=chamber%3A%3Acurrent_women_percent&structure=any__lower_chamber#map. Acesso em: 19 jul. 2022.

PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Editora Intrínseca, 2014.

PINDYCK, Robert; RUBINFELD, Daniel. **Microeconomia**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2013.

PINHEIRO JÚNIOR, F. A. F. S. (2014). **A evolução das políticas sociais no Brasil**: o período de 1930 a 2010. *XVI Seminário sobre a Economia Mineira*.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 1997. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico** [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. Acesso em: 10 de julho de 2023.

ROJAS, M. et al. The Economics of Happiness. How the Easterlin Paradox Transformed Our Understanding of Well-Being and Progress. **Springer Nature Switzerland**: Cham, Suíça, 2019

SANTOS, GM, & SILVA, AG (2016). **Política de cotas nas universidades brasileiras**: avanços e desafios para a inclusão.

SANTOS, P. F. C. **Modelo de Estado de bem-estar social nórdico e a excepcionalidade da região no Relatório Mundial da Felicidade**. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/35454>

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, São Leopoldo, RS, Ano 1, n.1, Jul., 2009.

SEN, A., **Desenvolvimento como liberdade**, Tradução: Laura Teixeira Motta, São Paulo, Companhia das letras, 2000.

SHIMAKURA, S. E. **Interpretação do coeficiente de correlação**. Disponível em: <<http://leg.ufpr.br/~silvia/CE003/node74.html>>. Acesso em: 06 de julho de 2023.

SILVA, M.B.; GRIGOLO, T.M. **Metodologia para iniciação científica a prática de pesquisa e extensão II**. Caderno pedagógico. Florianópolis, 2002. UDESC.

SOARES, FV, RIBAS, RP, OSÓRIO, RG, & MEDEIROS, M. (2016). Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. **Revista Brasileira de Economia**, 70(1), 45-64.

SOUSA, Áurea. **O papel da distribuição normal na Estatística**. Correio dos Açores, p. 14-14, 2019.

STEVENS, James (1996). **Applied Multivariate Statistics for the Social Sciences**. Terceira Edição. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

World Happiness Report. HELLIWELL, J. F. et al. World Happiness Report 2020. Nova Iorque: **Sustainable Development Solutions Network**. Nova Iorque: Sustainable Development Solutions Network. 2021. Disponível em: <<https://worldhappiness.report/ed/2020/>>. Acesso em: 25 jun. 2023

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria uma abordagem moderna**. Tradução da 4ª edição Norte-Americana. São Paulo: Cengage Learning. 2012.

WORLD HAPPINESS REPORT. HELLIWELL, J. F. et al. World Happiness Report 2022. Nova Iorque: **Sustainable Development Solutions Network**, 2022. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2022/>

WORLD HAPPINESS REPORT. HELLIWELL, J. F. et al. World Happiness Report. Portal virtual. Nova Iorque: **Sustainable Development Solutions Network**, 2023. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2023/>

WORLD HAPPINESS REPORT. HELLIWELL, J. F. et al. World Happiness Report 2015. Nova Iorque: **Sustainable Development Solutions Network**, 2015. Disponível em: <https://worldhappiness.report/ed/2022/>.